



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Zonta, Diego

Reseña de "A Herança Africana em Portugal - séculos XV-XX" de Isabel de Castro Henriques

Afro-Ásia, núm. 40, 2009, pp. 271-278

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77019782008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



A HERANÇA AFRICANA EM PORTUGAL

Isabel de Castro Henriques. *A Herança Africana em Portugal – séculos XV-XX*, Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2009, 240 p., c.200 il.

A historiadora e africanista portuguesa faz um longo e rigoroso percurso de mais de cinco séculos, pelas ruas e pelos campos de Portugal, na busca das “heranças” deixadas pelos africanos. O propósito do livro é perceber as influências culturais do continente africano no território europeu, nomeadamente em Portugal, que ultrapassam as últimas décadas, marcadas por uma crescente migração à inversa (agora das ex-colônias às ex-metrópoles).

A obra se organiza em três tópicos (capítulos) que agrupam os três recortes temporais, com suas dinâmicas e contextos próprios, em que evoluíram a presença de africanos negros em Portugal e as relações emergidas do contato desses com os nativos portugueses: I) o século XV, com o início da chegada de escravos africanos, a criação do imaginário português sobre a África e a concepção religiosa sobre a cor; II) o período que vai do século XVI ao XIX refere-se às construções de opressão e autonomia, surgidas da crescente presen-

ça de populações negras em Portugal; e III) finalmente, os séculos XIX e XX, com o fim do tráfico negreiro e a consolidação das teorias raciais e do ímpeto colonialista.

Nesse seu último livro, Isabel de Castro Henriques nos surpreende com um giro de 180º a respeito do que vinha publicando até agora, resultante de uma investigação centrada na história africana e nas múltiplas relações estabelecidas entre os africanos e os Outros, na África, ao longo da história. Portuguesa, incomodada pelo rumo que seguia a política luso-salazarista e o ensino acadêmico da Universidade de Lisboa nos conturbados anos 60, autoexilou-se em Paris, onde desembarcou em 1969, com a cidade ainda sob os efeitos das revoltas estudantis e sindicais no ano de 1968. Anteriormente, sua breve, mas marcante estadia numa Angola que já iniciava a sua guerra pela independência marcou-a profundamente. De regresso a Portugal, a falsidade e a violência do discurso luso-tropicalista e missionário do então cambale-





ante “império” africano-português tornaram-se inaceitáveis perante a realidade que tinha conhecido.

Desde que consagrou a sua tese doctoral ao estudo do espaço angolano oitocentista, pensado numa perspectiva de longa duração (1993), na Universidade de Paris I – Panthéon-Sorbonne,¹ Castro Henriques publicou uma série de trabalhos sobre as relações afro-portuguesas e a construção historiográfica das Áfricas Ocidental/Central, abordando principalmente as transformações sociais e as estratégias africanas nos processos de mudança, em particular as questões fundamentais das identidades, dos espaços e dos territórios. Crítica da visão eurocêntrica, a historiadora portuguesa se debruçou sobre as relações afro-portuguesas, e não luso-africanas como costuma enfatizar. Essa opção vai muito além de uma simples escolha terminológica, tratando de reconhecer o africano como o ator principal da sua própria história e no seu próprio espaço que, sendo o de contato entre esses dois grupos humanos, não deixa de ser afri-

cano, marcado também pelo dinamismo e pelas escolhas, pelos projetos e pelas ações das suas populações.

Em 2004, publica a obra *Os Pilares da Diferença: Relações Portugal-África séculos XV-XX*,² reunindo o resultado de mais de 30 anos de estudo numa série de textos em que procurou fazer um repasse, sob um olhar crítico e historiográfico, das relações entre africanos e portugueses na África, em cinco séculos de contatos. Agora, uma década e meia depois, com a publicação de *A Herança Africana em Portugal – séculos XV-XX*, a autora pretende contribuir para o estudo das relações luso-africanas, aventurendo-se a olhar a sua própria “casa” para ver os africanos andando pela praça do Rossio, cruzando o Tejo ou cultivando algum que outro campo do Algarve.

À diferença dos romanos e dos árabes, que chegaram à Península Ibérica acompanhados dos seus exércitos, possibilitando-lhes, portanto, impor diferentes marcas culturais/religiosas/econômicas, os africanos chegaram “de tudo despojados”; mas que, mesmo não deixando marcas “visíveis” como os outros grupos estrangeiros, são percebidos nas “inevitáveis dinâmicas de mudanças das formas culturais portuguesas” (p. 11). É justamente essa falta de

¹ Isabel de Castro Henriques, *Commerce et changement en Angola au XIXème siècle. Imbangala et Tshokwe face à la Modernité*, 2 volumes, Paris : L'Harmattan, 1995. Traduzida para português, dois anos mais tarde, com o título *Percursos da Modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997.

² Isabel de Castro Henriques, *Os Pilares da Diferença: Relações Portugal-África séculos XV-XX*, Lisboa: Caleidoscópio, 2004.



fontes materiais “visíveis” que torna esse livro mais interessante ainda, já que a autora foi capaz de reconhecer e expor de maneira organizada e convincente essas marcas, satisfazendo no leitor a sua curiosidade de entender, de maneira mais sistemática, o que podemos “perceber” no convívio das cidades portuguesas.

Essa nova perspectiva da historiadora de ver umas relações que começaram ainda na primeira metade do século XV produz, no plano acadêmico, um resultado de grande valor, uma vez que Castro Henriques o faz respaldada por uma investigação de longa data no estudo da história africana. Por outro lado, no plano ideológico, nomeadamente em Portugal, esse trabalho vai na contramão do imaginário coletivo português, que é, ainda hoje, marcado por um prestígio expansionista de outrora, em que o país não deixou de mirar o horizonte, na esperança de ver o retorno das suas caravelas. Exemplo disso, entre outros, pode ser o programa televisivo exibido pelo canal estatal Rádio e Televiso de Portugal (RTP), “*Maravilhas de Origem Portuguesa no Mundoâ*”, que buscou as “heranças” portuguesas no mundo através de um concurso, finalizado no dia 13 de maio de 2009, duramente criticado por ocultar o contexto em que se deu a construção dessas “heranças”, reforçando um discurso oficialista e “cor-de-rosa”.

O primeiro capítulo do livro reconstrói a visão do imaginário religioso dos portugueses, quando da chegada cada vez mais constante de escravos negros em solo luso. O desembarque desses escravos, em 1444, na cidade de Lagos, registrado na famosa crônica de Zurara,³ significou um marco da presença africana em Portugal. Os negros africanos desembarcaram já sob uma série de referências, nomeadamente do âmbito religioso, que os hierarquizava em relação às demais “raças”, colocando-os na posição de máxima inferioridade em comparação com os “menos negros” e os brancos. Se, por um lado, o recurso ao discurso biológico ainda não se fazia notar nessa construção hierarquizante, o que aconteceria mais tarde, o cosmos religioso do mundo cristão já possuía, desafortunadamente, toda uma série de representações preto/negro, associada às profundezas, à morte e ao luto, ao pecado, ao bestial ou às forças diádicas.

As “heranças” e/ou as “contra-heranças”, como frisa a autora, não no sentido de *contrário*, mas sim de respostas dos portugueses às novas formas de cultura e às práticas sociais representadas pela presença cada vez maior de negros africanos nas cidades e nos campos portugueses, nascem, portanto, de uma visão já

³ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné* (c. 1453), Porto: Livraria Cívilização Editora, 1937.





cristalizada do significado de ser “preto”.

O desenvolvimento dessas “heranças” e “contra-heranças” é o que podemos ler no segundo capítulo (o mais importante e denso do livro), que abarca desde o século XVI ao XIX. Nesse período, um dos aspectos mais interessantes da presença africana em Portugal foi o surgimento, em Lisboa, de um bairro africano – o *Mocambo* (palavra de origem umbundo, que equivale a *quilombo*, de origem quimbundo), que foi uma solução necessária para alojar não só os escravos, mas também os muitos alforriados e lisboetas, frutos das relações entre portugueses e africanas. Encontrando-se nas aforas da capital, estavam perfeitamente integrados à dinâmica da cidade, vivendo, ali também, segundo os registros, autóctones, nomeadamente os ligados aos trabalhos marítimos, como marinheiros e pescadores. A crescente presença de africanos nos espaços públicos e domésticos gerou uma série de novas condutas, tanto dos portugueses como dos recém-chegados africanos. Inúmeras normas estranhas às culturas africanas foram organizadas pelos diferentes poderes portugueses, como o Estado e a Igreja, para que esses pudessem desempenhar suas funções (tanto como escravos quanto como alforriados) no dia a dia dos campos e, principalmente, nos espaços urbanos, sendo a religião, a língua e o nome os meios preferenciais destinados a

assegurar a sua metamorfose identitária.

Foi, contudo, através do trabalho que o africano se viu inserido nas novas estruturas sociais. Frequentemente na ocupação de trabalhos pesados e degradantes, esses homens e essas mulheres acabaram por se tornar fundamentais para o funcionamento das sociedades portuguesas, desde então. Ainda assim, uma enorme quantidade de trabalhos especializados entraram no rol de atividades que acabaram sendo depositadas nas mãos dos africanos escravos ou livres, garantindo o funcionamento de instituições religiosas (grandes empregadoras de mão de obra escrava), do quotidiano doméstico no interior das muitas casas possuidoras de escravos e da vida urbana, assegurando a distribuição da água, a limpeza e o abastecimento das cidades, das rendas que proporcionavam aos proprietários de “escravos de ganho” ou ainda a construção de obras públicas.

Nesse contexto, a autonomia (ou a sua busca) era pautada pelo comportamento do senhor e pela flexibilidade da sua autoridade, centrando a relação pela qual depois se construíam as possibilidades, ou não, de maior integração à sociedade portuguesa como um todo. De qualquer forma, seja no plano legislativo ou nas práticas costumeiras, a vida do negro estava longe de ser harmoniosa no seio dessa sociedade. A dureza, a



desconfiança e a falta de liberdade estão presentes nas normativas e nos documentos da época.

Mesmo submetidos a essas formas de controle, não foram poucos os engenhos produzidos por estes para buscarem (re)criar espaços de manifestações do seu mundo cultural, originando novas realidades – ou “heranças”, conforme salienta a autora – como, por exemplo, o pouco conhecido fato da participação de mais de 2.000 africanos negros que lutaram, em 1580, contra a ocupação castelhana de Portugal. Se esse fato é revelador da capacidade de integração dos africanos na sociedade, põe também em evidência uma certa aceitação portuguesa de homens Outros nas nobres tarefas que se exigem dos portugueses. Essa situação de reconhecimento do Outro, difícil para a maioria da sociedade portuguesa vive, no entanto, tempos de maior abertura no último quartel do século XVIII. Após a abolição da escravatura em Portugal, em 1761, sobretudo os mulatos, protegidos freqüentemente pelos pais por um certo estatuto social, educados nos colégios e nas universidades, vêm a desempenhar profissões altamente conceituadas na vida social portuguesa. Mas talvez tenha sido no espaço religioso (que para os africanos também significava político) que essas demonstrações tenham ocorrido de maneira mais explícita, levando diversos

observadores estrangeiros a reprovar não só a aceitação de danças, cantos e comportamentos “indecentes” dos negros pelos portugueses, como a incorporação “oficial” dessas manifestações aos cortejos, às procissões e às demais cerimônias religiosas. A multiplicação de imagens santas negras, veneradas tanto por negros como por brancos, foi uma prova a mais do resultado desse jogo de aceitação e imposição entre ambos os grupos.

Tiveram papel importante para a construção de espaços em que pudessem minimizar o seu estado de degredo, as inúmeras confrarias surgidas ainda na primeira metade do século XVI. A mais antiga e atuante foi, sem dúvida, a da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (criada em 1520), que sempre garantiu a participação de qualquer pessoa independente da sua condição ou “cor”.

Essas associações e as demais formas de conter a violência eram a outra face da moeda contra toda sorte de práticas que pretendiam a anulação dos africanos como indivíduos. Esse processo contava com o recurso às marcas de ferro e fogo, que eram a primeira operação, ainda no continente africano, visando transformá-los em “coisa”, transferindo-os, em seguida, como mercadorias, para Portugal.

Na passagem dos séculos XIX-XX, Leite de Vasconcelos recolheu duas coleiras, provavelmente do século



XVIII, utilizadas nesse processo de “animalização” do negro, que o ligava aos seus proprietários por meio de indicações nelas gravadas, como se de animais se tratasse. O Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa conserva dois desenhos dessas coleiras, mas não as originais, já que essas desapareceram do seu acervo. Se, sem entrar no mérito da questão, Castro Henriques se interroga sobre esse desaparecimento, podemos perguntar se tal situação pode ter sido obra intencionada para salvaguardar uma certa história nacional portuguesa.

Outra prática, já documentada na primeira metade do século XVI, era a criação/reprodução – no sentido *stricto sensu* – de escravos. Giovanni Battista Venturino, enviado do Papa Pio V, em 1571, à corte portuguesa, deixou um relato bastante direto dessa prática na região de Vila Viçosa: “Há [...] raça de escravos negros, alguns dos quais são reservados somente para emprenhadores de muitas mulheres, como garanhões, fazendo-se exatamente com eles, como (se faz) com as raças de cavalos em Itália” (p. 132).

A terceira e última parte do livro, consagrada aos séculos XIX e XX, traz uma síntese do “ver” o Outro africano, num contexto de enormes mudanças nas relações entre Europa e África. O fim do tráfico de escravos que cruzava o Atlântico, decretado em Portugal pelo Marquês de Sá da Bandeira em 1836, dá lugar ao desenvol-

vimento de um comércio de produtos legítimos, sendo substituído, no final do Oitocentos, pelo avanço dos projetos de ocupação efetiva do continente africano, acompanhados por teorias pseudocientíficas, campanhas militares e ações políticas e ideológicas que buscavam justificar, tanto para o público interno como para o externo, tais projetos coloniais.

Essa nova situação acabou por agravar a posição do negro em Portugal, uma vez que passou também a ser interiorizada pelos portugueses uma série de preconceitos relacionados com a África, como a ideia do antropofágismo africano e sua selvageria. Os enfrentamentos militares entre portugueses e africanos reforçaram ainda mais a noção da brutalidade e da irracionalidade dos negros. O caso do líder africano Gungunhama, rendido no sul de Moçambique e trazido a Portugal, entrou logo no imaginário coletivo do país como símbolo de força física, portanto monstruosa, e das disfuncionalidades das sociedades africanas, como a poligamia e o gosto pelas bebidas alcoólicas, materializadas desde histórias para crianças até cerâmicas e canecas para servir bebidas com a caricatura do líder dos *ngoni*. A animalização do africano fazia parte das estratégias portuguesas para dar sentido à sua missão civilizadora na África, justificando assim o seu projeto colonial. O século XX viu a multiplicação de ditos populares, histórias



(para todas as idades) e iconografias em que o negro apareceu ridicularizado, associado ao mundo animal ou necessitado de uma figura paterna (branca e portuguesa) que cuidasse dele e o instruísse. A chamada “questão africana” adquiriu, na virada do século, uma importância fundamental e de dimensão nacional em Portugal, transformando-se logo num esforço civilizacional, baseado: I) na missão civilizadora do português, II) na suposta presença secular de Portugal na África, e III) na adesão incondicional ao lusotropicalismo de Gilberto Freyre.

O preconceito somático que já existia no imaginário religioso, antes mesmo da chegada dos primeiros escravos africanos a Portugal, e o preconceito social decorrente da associação negro/escravo vão ser somados agora ao preconceito político e “científico” do fim do século XIX. Talvez o exemplo mais acabado dessa nova realidade seja a organização dos “jardins zoológicos” humanos, que se realizaram em diferentes cidades europeias, já bem entrado o século XX. A última dessas exposições humanas ocorreu justamente em Lisboa, em 1940. Eram espaços lúdicos e festivos em que se apresentavam os africanos (mas também asiáticos e ameríndios) em seu *habitat*. Buscava-se reconstruir suas casas e seus utensílios diários, para que pudessem viver, *in loco*, a sua cotidianidade para o deleite da plateia europeia de adultos e crianças.

Após os processos de independência dos países africanos, do fim da ditadura salazarista e do trânsito de muitos africanos que vieram estudar na metrópole, ou de portugueses retornados, a sociedade portuguesa do século XXI, marcada por novas gerações libertas da carga colonial, sem acabar por completo com as tensões e os preconceitos do passado (e do presente), vai-se acomodando às “Heranças Africanas” que de tão longa data estão presentes na culinária, na música, na dança, na língua, na toponímia do país, nos espaços públicos como praças e ruas, nas religiões e em seus profissionais, na literatura e, como não, na genética dos portugueses de hoje.

Esse livro deve ser tomado em conta não só pelos interessados no tema, mas principalmente pelos novos historiadores como exemplo de investigação histórica. A observação de mais de cinco séculos faz do livro um belo exemplo das potencialidades e da importância da longa duração nos trabalhos históricos. No mais, Castro Henriques repetiu nesse trabalho um recurso metodológico que caracteriza a sua produção acadêmica: a abundante utilização das fontes iconográficas, fundamental para contornar a inexistência de “heranças” tão visíveis como a arquitetura e os monumentos, que tanto caracterizam as presenças romana e árabe, por exemplo. As mais de 200 ilustrações do livro



não só corroboram o seu texto, como são uma fascinante viagem visual pelo mundo africano em Portugal.

Diego Zonta
Mestrando em História da África
Universidade de Lisboa

